



**EDITAL DE LEILÃO de 1ª e 2ª PRAÇA**  
**Prazo: 20 ( vinte) dias**

Joseliza Alessandra Vanzela Turine, Juíza de Direito da Vara Execução Penal de Multa Condênatória Criminal e Fiscal da Fazenda Pública Estadual, da Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, na forma da Lei, etc...

**FAZ SABER** a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, expedido nos autos de **Execução Fiscal** n. **0072203-98.2010.8.12.0001**, movido pelo **'Estado de Mato Grosso do Sul contra Mujica & Cia Ltda**, CNPJ/CPF n. CNPJ: 03.809.405/0001-63, IE: 28.313.538-7, por seu representante legal, o Senhor: Kalil Martin Mujica de Kamis, CPF: 480.454.541-72, em trâmite perante este Juízo e Cartório da Vara de Execuções Fiscais da Fazenda Pública Estadual, com endereço na Rua da Paz, nº 14 – centro, nesta capital, que, com fulcro no artigo 880 e seguintes do Código de Processo Civil/2015 e regulamentado pelo Provimento 375, de 23 de agosto de 2016, do CSM/TJMS, por intermédio do portal [www.vialeiloes.com.br](http://www.vialeiloes.com.br), o leiloeiro judicial nomeado pela Meritíssima Juíza de Direito desta Vara, Sr. Ilto Antonio Martins leva a público pregão de venda e arrematação dos bens móveis abaixo descritos, conforme condições de venda constantes do presente edital. Na primeira praça com início no primeiro dia útil subsequente ao da certidão de afixação do Edital no lugar de costume, às 15 horas (14 horas no horário local) e término no dia 04 de março de 2024, às 15 horas (14 horas no horário local), entregar-se-á o bem a quem mais der valor igual ou superior ao da avaliação. Caso os lances ofertados não atinjam o valor da avaliação do bem na primeira praça, a segunda praça seguir-se-á sem interrupção, e término no dia 18 de março de 2023, às 15 horas (14 horas no horário local), ocasião em que o bem será entregue a quem mais der, não sendo aceito lance inferior a 60% (sessenta por cento) do valor de avaliação.

**DESCRIÇÃO DOS BENS:**

**ITEM I**

39 (trinta e nove) jaquetas da marca metrópole de nylon com capuz acolchoada, 100% poliéster, de várias cores e tamanhos diversos, conforme Auto de Penhora, Depósito, Intimação e Avaliação de f. 95 dos autos.

**AVALIAÇÃO:** A avaliação do bem, ITEM I a ser leiloado é de R\$ 31.196,10 (Trinta e um mil, cento e noventa e seis reais e dez centavos), considerando o valor unitário de R\$799,90, conforme Auto de Penhora, Depósito, Intimação e Avaliação de f. 95 dos autos.

**ITEM II**

11 (onze) jaquetas da marca Giorgio Bianco de nylon com capuz, acolchoada, 100% poliamida de cores e tamanhos diversos, conforme Auto de Penhora, Depósito, Intimação e Avaliação de f. 95 dos autos.



**AVALIAÇÃO:** A avaliação do bem, ITEM II a ser leiloado é de R\$ 8.798,90 (Oito mil, setecentos e noventa e oito reais e noventa centavos), considerando o valor unitário de R\$799,90, conforme Auto de Penhora, Depósito, Intimação e Avaliação de f. 95 dos autos.

**ÔNUS SOBRE O BENS MÓVEIS A SEREM LEILOADOS:** Não existe ônus sobre os bens móveis a serem leiloados.

**DÉBITOS DE IMPOSTOS:** Sobre os bens móveis a serem leiloados não constam débitos relativos a impostos, porém, caso houvesse, estes ficariam sub-rogados no preço, nos termos do artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, não respondendo por eles o arrematante.

**AÇÕES CÍVEIS EM NOME DA EMPRESA EXECUTADA:** há registros de Distribuição de Feitos Cíveis em nome da executada MUJICA & CIA LTDA, sendo:

### **CAMPO GRANDE**

Vara Execução Penal de Multa Condenatória Criminal e Fiscal da Fazenda Pública Estadual - MS. Processo: 0008005-81.2012.8.12.0001 (1412722-76.2020.8.12.0000). Ação: Execução Fiscal. Assunto: Dívida Ativa. Data: 22/02/2012. Exequente: 'Estado de Mato Grosso do Sul.

9ª Vara Cível. Processo: 0020555-98.2018.8.12.0001. Ação: Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica. Assunto: Desconsideração de Personalidade Jurídica. Data: 06/05/2009. Requerente: Roberto de Oliveira Teixeira.

Vara Execução Penal de Multa Condenatória Criminal e Fiscal da Fazenda Pública Estadual - MS. Processo: 0029099-27.2008.8.12.0001 (Suspensão) (001.08.029099-0). Ação: Execução Fiscal. Assunto: Crédito Tributário. Data: 17/06/2008. Requerente: 'Estado de Mato Grosso do Sul.

Vara Execução Penal de Multa Condenatória Criminal e Fiscal da Fazenda Pública Estadual - MS. Processo: 0032430-75.2012.8.12.0001 (Suspensão). Ação: Execução Fiscal. Assunto: Dívida Ativa. Data: 20/06/2012. Exequente: 'Estado de Mato Grosso do Sul.

1ª Vara Cível. Processo: 0038066-22.2012.8.12.0001 (1410181-36.2021.8.12.0000). Ação: Cumprimento de sentença. Assunto: Cheque. Data: 12/07/2012. Requerente: V.M.M.M.C.

Vara Execução Penal de Multa Condenatória Criminal e Fiscal da Fazenda Pública Estadual. Processo: 0072203-98.2010.8.12.0001. Ação: Execução Fiscal. Assunto: Dívida Ativa. Data: 09/12/2010. Exequente: 'Estado de Mato Grosso do Sul.

12ª Vara Cível. Processo: 0814323-37.2018.8.12.0001. Ação: Cumprimento de Sentença. Assunto: Compra e Venda. Data: 23/05/2018. Autor: Slks Comércio de Artigos de Moda Eireli.



1ª Vara Cível. Processo: 0841191-86.2017.8.12.0001 (Suspensão). Ação: Cumprimento de Sentença. Assunto: Honorários Advocatícios. Data: 24/11/2017. Exequente: Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa.

Vara Execução Penal de Multa Condenatória Criminal e Fiscal da Fazenda Pública Estadual - MS. Processo: 0914883-50.2019.8.12.0001. Ação: Execução Fiscal. Assunto: Dívida Ativa. Data: 04/06/2019. Exequente: 'Estado de Mato Grosso do Sul.

2ª Vara de Execução de Título Extrajudicial, Embargos e demais Incidentes. Processo: 0802931-71.2016.8.12.0001 (Julgado) (1410009-36.2017.8.12.0000). Ação: Execução de Título Extrajudicial. Assunto: Cobrança de Aluguéis - Sem despejo. Data: 04/09/2020. Exequente: E.P.S, conforme Certidão de f. 189 dos autos.

**LOCALIZAÇÃO DOS BENS:** Os bens móveis se acham com o depositário, o Senhor Kalil Martin Mujica de Kamis, no endereço: Rua Afonso Pena, nº 4909 – Santa Fé, Campo Grande - MS e sua entrega dar-se-á por intermédio de Oficial de Justiça.

#### CONDIÇÕES DE VENDA:

- 1) o(s) bem(ns) será(ão) alienado(s) no estado de conservação em que se encontra(m), sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para a alienação judicial eletrônica (art. 18 do Prov. n. 375/2016 - CSM/TJMS);
- 2) o primeiro pregão da alienação judicial eletrônica começa e termina nas datas e horários supra indicados;
- 3) não havendo lance superior à importância da avaliação no primeiro leilão, seguir-se-á, sem interrupção, o segundo ato, que se estenderá até o fechamento do(s) lote(s) em dia e hora previsto neste edital (art. 25 do Prov. n. 375/2016 - CSM/TJMS);
- 4) em segundo pregão não serão admitidos lances inferiores a 60% (sessenta por cento) do valor da avaliação, sendo considerado vil lances inferiores (art. 891. CPC e art. 25, parágrafo único, Prov. n. 375/2016 - CSM/TJMS);
- 5) para que haja o encerramento do leilão este deverá permanecer por 3 (três) minutos sem receber outra oferta. Sobrevindo lance nos 3 (três) minutos antecedentes ao termo final da alienação judicial exclusivamente eletrônica, o horário de fechamento do pregão será prorrogado em 3 (três) minutos para que todos os usuários interessados tenham oportunidade de ofertar novos lances (art. 24 do Prov. n. 375/2016 - CSM/TJMS);
- 6) durante a alienação, os lances deverão ser oferecidos diretamente no sistema do leiloeiro Judicial, no portal [www.vialeiloes.com.br](http://www.vialeiloes.com.br) e imediatamente divulgados on-line, de modo a viabilizar a preservação do tempo real das ofertas, não sendo admitido sistema no qual os lances sejam realizados por qualquer forma de intervenção humana na coleta e no registro dos lances (art. 27 "caput" e parágrafo único do Prov. n. 375/2016 - CSM/TJMS);
- 7) o interessado poderá adquirir o bem penhorado em prestações, observadas as regras inculpidas no art. 895 do Código de Processo Civil;
- 7.1) na ocorrência de arrematação parcelada, o valor de cada parcela, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), acumulada mensalmente, calculados a partir da data



da arrematação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

**8)** a comissão devida ao leiloeiro pelo arrematante, será no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação. Além da comissão, fará jus o leiloeiro público ao ressarcimento das despesas com a remoção, guarda e conservação dos bens, desde que documentalmente comprovadas, na forma da lei, a cargo do executado (art. 10 do Prov. n. 375/2016 - CSM/TJMS);

**8.1)** se o valor de arrematação for superior ao crédito do exequente, a comissão do leiloeiro público oficial e do corretor, assim como as despesas com remoção e guarda dos bens, poderão ser deduzidas do produto da arrematação (Art. 10, § 4º do Prov. n. 375/2016 - CSM/TJMS);

**8.2)** se houver desistência ou arrependimento do arrematante do bem arrematado, a comissão será devida da mesma forma;

**8.3)** não será devida a comissão ao leiloeiro público oficial e ao corretor na hipótese da desistência de que trata o art. 775 do Código de Processo Civil, de anulação da arrematação ou de resultado negativo da hasta pública (Art. 10, § 1º do Prov. n. 375/2016 - CSM/TJMS);

**8.4)** na concessão de isenção ou anistia após a realização da alienação, a comissão será paga pela parte executada; se a concessão de isenção for anterior a publicação do edital de leilão, não será devida comissão, porém, as despesas com a remoção, guarda e conservação dos bens, desde que documentalmente comprovadas, na forma da lei, ficará a cargo do exequente, se este não efetivou a comunicação devida, anteriormente a publicação do edital.

**8.5)** no caso de suspensão da alienação judicial eletrônica, em virtude de pagamento do débito à vista ou parcelado ou remição após a inclusão do bem em leilão, será devido ressarcimento pelo(a) executado(a) das despesas com a remoção, guarda e conservação dos bens, desde que documentalmente comprovadas, na forma da lei.

**9)** homologado o lance vencedor, o sistema Via Leilões emitirá guia de depósito judicial identificado, vinculado ao Juízo da execução (art. 28 do Prov. n. 375/2016 - CSM/TJMS);

**10)** o pagamento deverá ser realizado de imediato pelo arrematante, por depósito judicial ou por meio eletrônico (art. 892), salvo disposição judicial diversa ou arrematação a prazo (art. 895, § 9º) (art. 29 do Prov. n. 375/2016 - CSM/TJMS);

**11)** não sendo efetuados os depósitos, serão comunicados os lances imediatamente anteriores, para que sejam submetidos à apreciação do juiz, na forma do art. 895, §§ 4º e 5º, art. 896, § 2º, art. 897 e art. 898 do CPC, sem prejuízo da invalidação de que trata o art. 903 do Código de Processo Civil. (art. 31 do Prov. n. 375/2016 - CSM/TJMS);

**12)** o arrematante que injustificadamente deixar de efetuar os depósitos, se assim o declarar o juiz do processo, terá seu nome inscrito no Cadastro de Arrematantes Remissos do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul – PJMS e não poderá mais participar das alienações judiciais eletrônicas no PJMS pelo período de um ano, podendo, ainda, ser responsabilizado por tentativa de fraude a leilão público (artigos 335 e 358 do Código Penal) e, também, por possíveis prejuízos financeiros a qualquer das partes envolvidas no leilão, aí incluída a comissão do leiloeiro (§ 2º, art. 23 da LEF e art. 32 do Prov. n. 375/2016 - CSM/TJMS);

**13)** a arrematação será considerada perfeita, acabada e irrevogável tão logo assinado o auto pelo juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro público oficial, observadas as



disposições do art. 903 do Código de Processo Civil (art. 30 do Prov. n. 375/2016 - CSM/TJMS).

### **DA TRANSMISSÃO DO(S) BEM(NS):**

- 1) o arrematante só será imitado na posse após a expedição da carta de arrematação (em sendo bem imóvel) ou mandado de entrega (para bens móveis) pelo Juízo, quando já esgotado o prazo de 30 (trinta) dias constante do art. 24 da Lei nº 6.830/80 para adjudicação do(s) bem(ns) pela Fazenda Pública;
- 2) desfeita a arrematação pelo Juiz, por motivos alheios à vontade do arrematante, serão restituídos a este os valores pagos e relativos ao preço do(s) móvel(is) arrematado(s) e à comissão do Leiloeiro Judicial;
- 3) correrão por conta do arrematante as despesas ou custos relativos à transferência do(s) móvel/imóvel(is) arrematado(s) para o seu nome.

### **OBSERVAÇÕES:**

- 1) A Fazenda Pública poderá adjudicar os bens penhorados:

I - antes do leilão, pelo preço da avaliação, se a execução não for embargada ou se rejeitados os embargos;

II - findo o leilão:

a) se não houver licitante, pelo preço da avaliação;

b) havendo licitantes, com preferência, em igualdade de condições com a melhor oferta, no prazo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Único - Se o preço da avaliação ou o valor da melhor oferta for superior ao dos créditos da Fazenda Pública, a adjudicação somente será deferida pelo Juiz se a diferença for depositada, pela exequente, à ordem do Juízo, no prazo de 30 (trinta) dias (Art. 24, LEF).

- 2) As demais condições obedecerão ao que dispõe o CPC, o Provimento Prov. n. 375/2016 - CSM/TJMS e os artigos 335 e 358, do CP.

**DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS:** no escritório do Leiloeiro Judicial, Sr. Ilto Antonio Martins, localizado na Rua Alagoas, nº 1791 – Bairro Vila Célia, CEP: 79022-370, cidade de Campo Grande/MS, ou ainda, pelos telefones (067) 3321-7262 ou (067) 3026-7263, e-mail: [sac@vialeiloes.com.br](mailto:sac@vialeiloes.com.br), [ilto@vialeiloes.com.br](mailto:ilto@vialeiloes.com.br) e no site [www.vialeiloes.com.br](http://www.vialeiloes.com.br).

Todas as condições e regras deste Leilão encontram-se disponíveis no Portal [www.vialeiloes.com.br](http://www.vialeiloes.com.br).

Caso não encontrado(s) o(s) devedor(es), fica(m) o(s) mesmo(s) cliente(s), por meio do presente, da realização da hasta pública acima descrita. E, para que chegue ao conhecimento dos executados, terceiros e todos os demais interessados, o mesmo será publicado na forma da lei e afixado na sede deste Juízo, no endereço supra mencionado. Eu, Emili Christinne Santana Rodrigues, Analista Judiciário, o digitei, e eu, Ruan Carlos de Andrade Silva, Chefe de Cartório, o conferi. Campo Grande, MS, **09/02/2024**.



**INFORMAÇÃO DO SISTEMA**

**Autos: 0072203-98.2010.8.12.0001**  
**Ação: Execução Fiscal - Dívida Ativa**  
**Exequente: Estado de Mato Grosso do Sul**  
**Executado: Mujica & Cia Ltda**

Informa-se que, em 09/02/2024, o edital retro foi afixado no Mural Eletrônico, disponível no Portal do TJMS com o nome Mural Eletrônico, podendo ser acessado a partir da Aba Serviços > Mural Eletrônico."

Campo Grande, 09 de fevereiro de 2024.

Ruan Carlos de Andrade Silva  
Escrivão/Chefe de Cartório  
(assinado por certificação digital)

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por tjms.jus.br. Liberado nos autos digitais por M23971, em 09/02/2024 às 17:44:32. Para acessar os autos processuais, acesse o site <https://esaj.tjms.jus.br/esaj>, informe o processo 0072203-98.2010.8.12.0001 e o código JyXBpJk.